



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 17 DE JANEIRO DE 2019.

Nº. 2/2019

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,35 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento da resposta dada aos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço sobre as comparticipações concedidas às Juntas de Freguesia, ao abrigo dos "Acordos de Cooperação.", assim como de cópia dos Mapas de Controlo Orçamental da Receita e Despesa, reportados a 31 de Dezembro último.

- **Aprovação da ata da reunião anterior**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Informações e expediente.**

Tomou a Câmara conhecimento da declaração, emitida pelo Chefe da Divisão de Administração e Finanças, para os efeitos do disposto no art.º 15º da Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, em que declara:

- a) Todos os cabimentos e compromissos existentes à data de 31 de dezembro de 2018, encontram-se devidamente registados nos nossos programas informáticos, Sistema de Gestão de Stocks - GES e Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA;
- b) Junta em anexo, o mapa dos recebimentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2018, num total de 174.045,39 €; (doc. anexo I)
- c) Não existem pagamentos em atraso. (doc. anexo II)

Tomou igualmente a Câmara conhecimento dos benefícios concedidos durante o ano de 2018, num total de 1.392.178,59 €, (transferência correntes e de capital) sendo 513.986,58 € referentes a transferências de capital.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

1º.- Proposta, para efeitos de comunicação à DGAL, sobre o processo de Descentralização (Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto):

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

"A afirmação de um verdadeiro processo de Descentralização de competência da Administração Central para a Administração é uma aspiração antiga, justa e incompreensivelmente adiada pelos sucessivos Governos.

Neste enquadramento, para o Município de Castro Verde afigura-se como verdadeiramente positivo que, no plano político, o atual Executivo tenha assumido a decisão concreta de avançar com o processo de Descentralização agora em curso.

Assumimos, contudo, que os termos estipulados no contexto de maior especialidade dos diferentes Decretos-Lei, ficam aquém das expectativas criadas por nós e por numerosas autarquias locais.

A Lei das Finanças Locais (Lei nº.73/2013), alterada pela Lei nº.51/2018, e a Lei-quadro da Transferência de Competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei nº.50/2018, de 16 de agosto) são desafiantes mas, objetivamente, criam novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta que é necessário dar aos problemas das populações.

Entre os constrangimentos detetados neste processo, importa sublinhar aqueles que, na nossa ótica, são os mais relevantes.

1.- O processo de instrução e consolidação da Lei-quadro da Transferência de Competências para as autarquias locais, e os seus diferentes decretos-lei, justificavam um envolvimento mais profundo e amplo dos Municípios. Tal não sucedeu e, dado esse facto, não pode ser alijada responsabilidade à ANMP por ter permitido que o processo tenha decorrido como decorreu e, consequentemente, com as fragilidades que efetivamente tem;

2. – Nos termos definido, as autarquias locais ficam obrigadas a assumir um conjunto de responsabilidades muito relevantes. Contudo, fica muito claro que o "envelope" financeiro definido para acompanhar o exercício dessas competências é verdadeiramente insuficiente e não acompanha os requisitos e exigências estipulados por esta Lei-quadro e pelos seus diferentes decretos-lei;

3. – No âmbito da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº. 51/2018) ficou prevista a existência de um Fundo de Financiamento de Financiamento da Descentralização (FFD) destinado a financiar as competências a transferir para os Municípios. Sucede que, em sede de Orçamento de Estado para 2019, a Assembleia das República não aprovou as normas relativas à dotação desse FFD. Ora, deste modo, não há neste momento possibilidade de alterar o OE de 2019 e, como consequência, ainda que escasso, não está assegurado o financiamento do processo de Descentralização em curso;

Perante estes factos, o Município de Castro Verde delibera não pretender exercer em 2019 e 2020 as competências consagradas no Decreto-Lei nº. 97/2018, de 27 de novembro; Decreto-Lei nº. 98/2018, de 27 de novembro; Decreto-Lei nº. 99/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº.100/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº.101/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº.102/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº.103/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº.104/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº. 105/2018, de 29 de novembro; Decreto-Lei nº. 106/2018, de 29 de novembro; e Decreto-Lei nº. 107/2018, de 29 de novembro;

Mais se delibera que, de igual modo, o Município de Castro Verde não pretende exercer em 2019 e 2020 as competências consagradas pelos diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas, a descentralizar da administração direta e indireta do Estado que, doravante, venham a ser publicados no âmbito da Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, para efeitos de apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Apresentaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João a seguinte declaração, justificando a sua posição sobre esta matéria:

"Declaração Política sobre Transferência de competências

1. A Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

2. O carácter confuso que rodeou o processo que conduziu à lei 50/2018, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo

Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.

3. A lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:

- Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;
- Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.

A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.

Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões então dirigidas sobre as autarquias, invocando interpretações abusivas da legislação ou dando como inútil as deliberações que a própria Lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competência se acomodaram à operação desencadeada pelo MAI, tivessem decidido não se pronunciar.

4. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências, conforme proposta dos eleitos da CDU defendida na reunião de Câmara realizada a 13 de Setembro de 2018 e consubstanciada na Declaração Política então apresentada.

A decisão deste município, em Setembro passado, de não ter levado em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, expôs a autarquia a decisões que podiam lesar os interesses do município e das populações.

Este é o momento para, agora sem subterfúgios, recusar um processo objetivamente contrário aos interesses das populações. Os vereadores da CDU congratulam-se com a posição que a maioria PS na Câmara Municipal agora assumiu e a proposta que traz aqui hoje para apreciação e irão votar favoravelmente a proposta apresentada, mas reclamando ainda:

- o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;
- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado

(designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza."

2º.- Proposta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Município de Castro Verde na CIMBAL em matéria do serviço público de transportes de passageiros:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

"Considerando que, a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros («RJSPTP»), estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação;

Considerando que, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais;

Considerando que, a CIMBAL é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica;

Considerando que, os municípios podem delegar nas comunidades intermunicipais, através da celebração de contratos interadministrativos, as respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais, de acordo com o previsto nos artigos 6.º, n.º 2, e 10.º do RJSPTP e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, os contratos interadministrativos têm por objeto a identificação das condições que, em concreto, asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências delegadas;

Os outorgantes consideram que através da celebração de um contrato interadministrativo na área do serviço público de transporte de passageiros se promoverá uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal;

Propõe-se a aprovação da minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Castro Verde e a CIMBAL."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, para efeitos de apreciação e votação da Assembleia Municipal.

3º. - Celebração de "Contratos de Patrocínio" com agremiações desportivas do concelho de Castro Verde:

Apreciou a Câmara e aprovou por a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que, os contratos de patrocínio estabelecidos em 2018 continham uma cláusula cuja vigência estava balizada entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro;

Considerando estarem reunidas as condições que levam ao estabelecimento inicial dos referidos contratos com 10 coletividades do concelho;

Considerando estarem devidamente compromissados nos documentos previsionais dos órgãos do Município para 2019 os valores acordados com as referidas coletividades;

Proponho a aprovação das minutas dos "Contratos de Patrocínio" a vigorarem em 2019 com as seguintes agremiações desportivas:

- Futebol Clube Castrense; Sociedade Recreativa e Desportiva Entradense; Futebol Clube de São Marcos; Casa do Benfica em Castro Verde; Núcleo do Sporting de Castro Verde; Associação Jiu-Jitsu Brasileiro de Castro Verde; Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros; Associação de Moradores do Bairro da Cerca dos Pinheiros; Associação "Os Lunáticos do Pedal"; e o Grupo Desportivo e Cultural da Sete.

Ficam anexas à presente ata as minutas dos contratos de patrocínio a celebrar com as agremiações desportivas acima referidas, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritas.

4º. - Celebração de contrato de arrendamento para instalação temporária de estaleiro de obras:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente, a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

" Considerando que, decorre no concelho de Castro Verde uma vasta empreitada de reforço dos sistemas de abastecimento de águas;

Considerando que essa empreitada está a ser executada no terreno pela empresa António Saraiva & Filhos, Ld.^a.

Considerada a necessidade por parte da empresa em encontrar um terreno para a instalação do seu estaleiro de obras provisoriamente, e que, após pesquisa na localidade de Castro Verde o terreno encontrado para a instalação desse mesmo estaleiro pertence ao Município;

Considerando a necessidade de obtenção de receitas, nomeadamente pela rentabilização do património existente;

Proponho a aprovação da minuta do contrato de arrendamento (em anexo à presente proposta) de uma parcela do terreno sito na Rua Projetada entre a Rua Joaquim Agostinho e a Rua do MFA, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, com a área de 375 m2."

5º. -Emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara o pedido da emissão de parecer prévio, formulado pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 63º da Lei nº.71/2018, de 31 de Dezembro (LOE 2019), para a celebração de um contrato de aquisição de serviços para elaboração do estudo geológico e geotécnico das Zona de Atividades Económicas de Castro Verde, com Consmaga – Geólogos e Engenheiros Consultores Ld.^a, por ajuste direto, pelo valor de 9.000,00 €

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, emitir parecer prévio favorável para a celebração do referido contrato de aquisição de serviços.

6º. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente ratificar a emissão da licença especial de ruído concedida pelo Sr. Presidente a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no Café 7ª. Arte, em Castro Verde, nos dias 25 de Janeiro a 22 de Fevereiro, das 23 às 2 horas, em cada dia que pretenda realizar o evento.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras Particulares/ Outros:

1º.- Aprovação e decisão final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e com base no parecer da Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar os projetos para efeitos de deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- de Francisco Escorrega Lagartinho, para alteração do interior no edifício destinado a talho/charcutaria, com espaço para grelhados e venda de refeições, sito na Rua Morais Sarmiento nº.43, em Castro Verde.
- da SOMINCOR para ampliação do existente e construção de um novo parque de estacionamento no Couto Mineiro de Neves Corvo.
- de Vânia Isabel Mestre Guerreiro, para conclusão da construção de uma habitação na Rua Eugénio Andrade, lote 4, em Castro Verde.

2º.- Comunicações prévias nos termos do Decreto-Lei nº. 555/909, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro:

Tomou a Câmara conhecimento da comunicação prévia, ao abrigo do disposto na legislação acima referida, apresentada por Francisco Figueira Ramos, para construção de habitação na Rua Centenário da República, lote 50, em Castro Verde.

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Concessão de subsídios:

- **À Associação de Artesãos A Dobadoira:**

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

"A DOBADOIRA – Associação de Artesãos, pretende dinamizar nos meses de janeiro a abril de 2019 a primeira fase de um projeto de formação de Tecelagem, indo ao encontro da missão para a qual foi criada.

Esta iniciativa irá decorrer nas instalações da Associação, no Monte dos Viseus e envolve um conjunto mínimo de 8 pessoas que já tiveram contacto com esta arte.

Na sequência da solicitação que se anexa, e atendendo ao contributo que esta iniciativa pode assumir junto da comunidade, proponho a atribuição de um apoio de 600,00 € à Associação."

- **À Sociedade Columbófila Asas Verdes:**

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando não existir um apoio anual à Sociedade Columbófila Asas Verdes;

Considerando o papel importante que a associação desempenha na promoção desportiva e na divulgação do concelho, bem como o impacto que a sua atividade diária tem no comércio local;

Considerando o início de mais uma época desportiva, com os normais custos inerentes à participação da coletividade e dos seus associados nas diversas provas agendadas;

Considerando o Plano de Atividades (PA) apresentado à edilidade e a solicitação de apoio financeiro para fazer face a esse mesmo PA;

Proponho a atribuição de um apoio financeiro de 1.000,00 (mil euros) à Sociedade Columbófila Asas Verdes para a campanha desportiva 2019.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Ação Social Escolar – Auxílios Económicos – 2018/2019:

Conforme informação nº. 49 da Divisão de Educação e Ação Social e informação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente conceder os auxílios económicos escolares, para o corrente ano letivo, ficando os documentos acima referidos anexos à presente ata dando-se, por isso como aqui integralmente transcritos

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.

